Cód. barras: STJ00094452 (2012)

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO – Sálvio de Figueiredo Teixeira 11
NOTA DO AUTOR À 3.ª EDIÇÃO 13
NOTA DO AUTOR À 2.ª EDIÇÃO 15
NOTA DO AUTOR À 1.ª EDIÇÃO 17

Capítulo I
DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO, SOCIOJURÍDICO
E LEGISLATIVO DA SUMARIZAÇÃO
DAS FORMAS

1. Breves considerações históricas 25
2. A sumarização das formas na evolução do processo. Uma tendência universal 31
3. O movimento reformista do CPC e suas influências 36
4. A tramitação parlamentar do Projeto de Lei 3.811/1993 39
5. A vontade do legislador e a Lei 9.245/1995. Expectativas e frustrações. Uma análise crítica do novo procedimento 42
6. Eficácia e vigência da Lei 9.245/1995 43

Capítulo II
NOÇÕES FUNDAMENTAIS:
AÇÃO, PROCESSO E PROCEDIMENTO

1. Ação, processo, autos do processo, procedimento, lide, mérito e pretensão 49
2. Processo e procedimento: noções fundamentais 54
3. Processo de conhecimento 62
4. Diversificação procedimental e seus escopos 65

5. Tipologia dos procedimentos 70
5.1 Procedimento comum 70
5.2 Procedimento ordinário 71
5.3 Procedimento sumário 72
5.4 Procedimentos especiais 75
6. Procedimentos ordinário, sumário e sumaríssimo. Distinções e similitudes ônticas 76
7. Facultatividade ou obrigatoriedade procedimental? 80
8. O rito sumário em zona intermediária de aplicação 87
9. Técnicas de cognição no procedimento sumário 88
10. Da conversibilidade do procedimento sumário 95
11. Procedimento sumário e aplicação subsidiária das normas gerais do rito ordinário 101
12. O princípio da oralidade e o procedimento sumário 104

Capítulo III
PROCEDIMENTO SUMÁRIO E COMPETÊNCIA

1. Critérios utilizados pelo legislador à observância do novo procedimento 111
2. O valor da causa 114
2.1 Conceito de valor da causa 114
2.2 A importância do tema 114
2.3 Princípios processuais norteadores do valor da causa 117
2.4 Critérios para a fixação do valor da causa 118
2.5 Analogia entre o art. 275, inciso I, do CPC e o art. 3.º, inciso I, da Lei 9.099/1995 121
3. A competência em razão da matéria 122
3.1 Elenco de causas compatíveis com o rito sumário, independentemente do valor da causa 122
3.2 Arrendamento rural e parceria agrícola 125
3.2.1 Regras gerais 125
3.2.2 Do arrendamento rural 127
3.2.3 Da parceria rural 129
3.2.4 Questões processuais e procedimentais 131
3.3 Cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio 140

3.4 Do ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico 143
3.5 Ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre 144
3.6 Cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução. 146
3.7 Cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial 149
3.8 Revogação de doação 149
3.9 Das outras causas de rito sumário 151
4. Inaplicabilidade do procedimento sumário 153
5. Competência, conexão e prevenção 154
6. Complexidade probatória, inadequação e conversão procedimental e seus reflexos em sede de competência 155
7. Modificação da competência por continência ou conexão 157
8. Competência de foro 158

Capítulo IV
DAS PARTES E SEUS PROCURADORES

1. Da legitimidade ativa e passiva 161
2. Do litisconsórcio e da assistência 162
3. Da intervenção de terceiros e da ação declaratória incidental 162
4. Advogados: presença obrigatória ou facultativa? 165

Capítulo V
DO JUIZ E DOS CONCILIADORES

1. Dos poderes e deveres do juiz 169
2. Princípio dispositivo e poderes instrutórios do juiz 170
3. Dos conciliadores 175

Capítulo VI
DA PROPOSITURA DA AÇÃO

1. O princípio da livre iniciativa 177
2. Os princípios da originalidade, obrigatoriedade e definitividade 178

3. Princípio da eventualidade ou preclusão 179
4. O ajuizamento da ação 180
5. Requisitos da petição inicial 180

Capítulo VII
FASES PROCEDIMENTAIS, CITAÇÃO E PROVAS

1. Fases procedimentais 189
2. Recebimento da inicial e providências preliminares 193
3. Da citação 195
3.1 Tipos de citação 195
3.2 Requisitos da citação 195
3.3 Prazo da citação 196
3.4 Requisito da advertência de revelia 197
4. Da Fazenda Pública no polo passivo da demanda 198
5. Das provas 199
5.1 Provas e meios probantes 199
5.2 Momentos processuais oportunos para formulação de pedido de produção de provas e sua realização 201
5.3 Da prova testemunhal e seus limites 202
5.4 Da intimação e do comparecimento das testemunhas 206
5.5 Da prova pericial 207

Capítulo VIII
DAS AUDIÊNCIAS

1. Da audiência preliminar 211
1.1 Escopos e desdobramentos 211
1.2 Do prazo para designação da audiência preliminar 214
1.3 Registro e documentação dos trabalhos 215
1.4 Da presidência dos atos processuais por juiz togado ou conciliador 217
1.5 Do comparecimento das partes e meios de comunicação 218
1.6 Da autocomposição 221
1.6.1 Tipologia, distinções e similitudes 221
1.6.2 Vantagens e importância da autocomposição 223

1.6.3 Redução a termo e homologação por sentença 224
1.7 Ausência dos litigantes e seus efeitos: revelia e contumácia 225
1.8 A segunda etapa da audiência preliminar 233
1.9 Questões incidentais, preliminares e prejudiciais 233
1.10 Natureza judicial da demanda e complexidade da causa 235
1.11 Complexidade probatória e conversão procedimental 236
1.12 Da resposta do réu 236
1.12.1 Tipos, formas e conteúdos das respostas 236
1.12.2 Das exceções 237
1.12.3 Das provas e requerimentos formulados na resposta 239
1.12.4 Da contestação 240
1.12.5 Reconvenção e pedido contraposto 241
1.12.6 Impugnação ao valor da causa 246
1.13 Manifestação do autor sobre a resposta 248
1.14 Do julgamento conforme o estado do processo 251
1.14.1 Considerações gerais 251
1.14.2 Da extinção do processo sem resolução do mérito 252
1.14.3 Da extinção do processo com resolução do mérito 254
1.14.4 Do julgamento antecipado da lide 255
2. Da audiência de instrução e julgamento 256
2.1 Da designação da audiência de instrução e julgamento 256
2.2 Do prazo para designação da audiência de instrução e julgamento 258
2.3 Renovação da tentativa de autocomposição 259
2.4 Da sequência e desenvolvimento dos atos 261
2.5 Encerramento da instrução 261
2.6 Debates orais ou alegações finais 262
2.7 Do prazo para o encerramento do processo 264
2.8 Registro e documentação da audiência 266

Capítulo IX
DA SENTENÇA, DA LIQUIDAÇÃO E DO CUMPRIMENTO DO JULGADO

1. Da sentença 267
2. Do procedimento na fase de liquidação 272

3. Do cumprimento da sentença 274

Capítulo X
RECURSOS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

1. Algumas considerações sobre os meios de impugnação 277
2. Classificação dos atos e pronunciamentos do juiz 279
3. Dos recursos e meios de impugnação 283
3.1 Agravo 283
3.2 Pedido de reconsideração 283
3.3 Reclamação ou correição parcial 286
3.4 Reforma *ex officio* 288
3.5 Apelação 289
3.6 Embargos de declaração 292
3.7 Embargos infringentes 293
3.8 Mandado de segurança 295
3.9 Da ação rescisória, ação anulatória e *querella nullitatis* 297
3.10 Dos recursos especial e extraordinário 299

BIBLIOGRAFIA 301
ANEXO 311
Fluxograma 311
ÍNDICES 313
Alfabético remissivo 313
Onomástico 321
Legislativo 325
OUTRAS OBRAS DO AUTOR 333